

Juros da dívida renegociada custam 2,4 bi

Lançamento de títulos com prazo de vencimento de 30 anos tenta aliviar o peso do pagamento anual

Rossana Alves

• BRASÍLIA. Apesar da renegociação promovida há três anos, a dívida externa continua tendo peso significativo sobre as contas externas do país. O Governo brasileiro gasta anualmente US\$ 2,4 bilhões para pagar os juros dos bônus lançados em 94 durante o processo de renegociação da dívida junto aos bancos privados. De lá para cá, o país já desembolsou US\$ 7,2 bilhões para cobrir os juros que incidem sobre os bônus conhecidos como "bradies", que somam US\$ 43 bilhões.

Para tentar aliviar o peso dos

pagamentos de juros, o Governo vai lançar títulos no exterior com prazo de vencimento de 30 anos. Para tentar convencer os investidores internacionais de que os títulos são um bom negócio, um grupo de cinco funcionários do Banco Central (BC) e do Tesouro liderado pelo diretor de Assuntos Internacionais do BC, Gustavo Franco, inicia na próxima terça-feira rodada de reuniões com bancos, fundos de pensão e seguradoras de Nova York, Boston e Londres. O principal objetivo é convencer os bancos credores a trocarem seus "bradies" pelos novos bônus de 30 anos.

Com a anulação de parte dos "bradies", o Governo poderá receber de volta as garantias depositadas no Banco de Compensações Internacionais (BIS) na Suíça. Na época, o país gastou cerca de US\$ 2 bilhões com a compra de títulos do tesouro norte-americano para servir de garantia para os bônus. Com a valorização dos papéis, hoje o Governo tem de US\$ 3,5 bilhões a US\$ 4 bilhões. Segundo o Banco Central, para cada US\$ 1 bilhão de dívida anulada, o país receberá US\$ 220 milhões em títulos norte-americanos, que serão incorporados às reservas internacionais do país.

O lançamento dos títulos de 30 anos foi bem recebido pelos investidores tanto no Brasil como no exterior. A expectativa inicial do Governo era lançar pelo menos US\$ 1 bilhão, mas os analistas avaliam que a demanda deverá superar a casa dos US\$ 2 bilhões. Segundo estes, existe muito interesse por parte de seguradoras e fundos de pensão pela compra de títulos de longo prazo que tenham boa remuneração. A taxa de juros dos novos bônus será definida através de leilão. Quem exigir as menores taxas levará mais papéis. Mas o Governo decidiu que pagará uma taxa mínima

equivalente a três pontos percentuais acima dos juros pagos pelos títulos norte-americanos com prazo de vencimento de 30 anos.

A primeira apresentação aos investidores acontecerá na terça-feira, dia 27, durante almoço em Nova York.

No dia seguinte, haverá um café da manhã em Boston. Na quinta-feira, dia 29, a equipe estará em Londres para um almoço. A partir daí, bancos, fundos de pensão e seguradoras terão até o dia 3 de junho para apresentar as propostas de compra dos bônus ao Governo brasileiro. O resultado sairá em 4 de junho. ■